














# Meio Ambiente - Atuações da SECEX

-  **Convenção de Roterdã**
-  **Convenção de Estocolmo**
-  **Convenção da Basileia**
-  **Convenção de Viena e Protocolo de Montreal**
-  **Convenção de Diversidade Biológica**
-  **OMC – Bens ambientais**
-  **Projeto GHS**
-  **Sistema REACH da UE**
-  **Projeto de cooperação PNUMA/UE (rotulagem ambiental)**

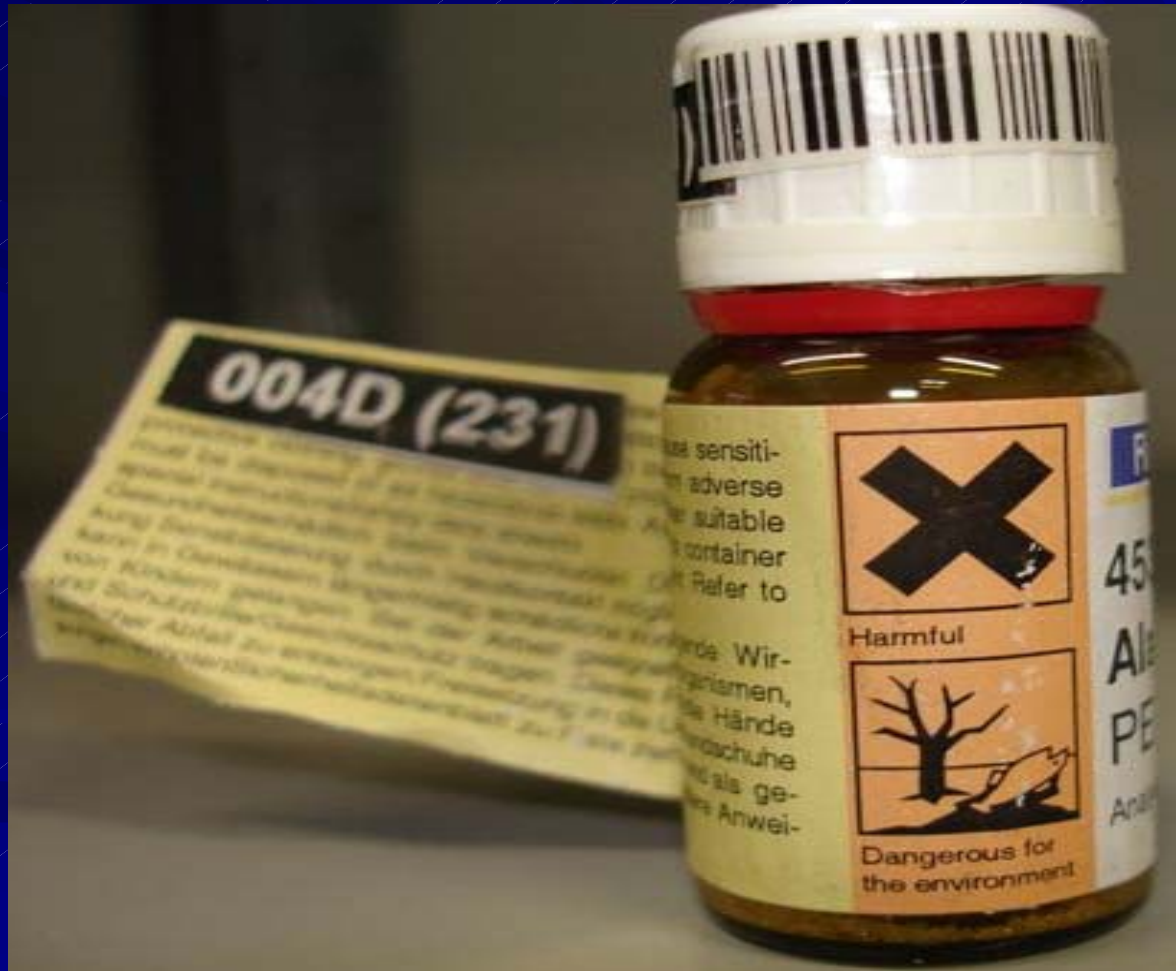
# **Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS)**

# O que é o GHS ?

**Abordagem lógica e coerente para:**

-  **Definição de riscos dos produtos químicos;**
-  **Criação de processos de classificação com base em critérios padronizados de definição de riscos;**
-  **Fornecimento de bases para a construção de infra-estruturas para o estabelecimento de qualquer programa nacional de segurança química;**
-  **Comunicação de informações de segurança por meio de rótulos e de fichas de segurança de produtos químicos;**

# Rotulagem de Produtos Químicos



# Por quê o GHS foi desenvolvido?




☞ A produção e o uso de produtos químicos são fundamentais para todas as economias;

☞ Mercado global estimado em mais de 1,7 trilhões de dólares;

☞ Produtos químicos afetam, direta ou indiretamente, nossas vidas e são essenciais para nossa alimentação, saúde, estilo de vida e meio ambiente;

☞ A disseminação do uso de produtos químicos resultou no desenvolvimento de legislações em setores específicos (transporte, agricultura, comércio, trabalho, etc...).

# Por quê o GHS é necessário?



-  Muitos países e agência reguladoras já possuem sistemas que atendem aos objetivos do GHS, entretanto estes sistemas não são sempre compatíveis;
-  Necessidade de aumentar a segurança para a saúde humana e para o meio ambiente;
-  Facilitar a comercialização de produtos químicos.



# Características do GHS

- ❏ Sistema de adesão voluntária criado por um grupo de especialistas;
- ❏ Sua implementação depende do comprometimento dos governos e da iniciativa privada;
- ❏ Fornece as bases para a criação de sistemas nacionais de comunicação de perigos;
- ❏ O documento GHS, denominado “Livro Púrpura” (Purple Book), contém requerimentos técnicos de classificação de perigos e explicações sobre a aplicação do sistema.


# Escopo


-  **Abrange todos os produtos químicos perigosos;**
-  **Aplicação do GHS depende da etapa do ciclo de vida dos produtos: aditivos alimentares, praguicidas, fármacos para uso humano ou animal estão, à princípio, isentos dos requerimentos.**



# **Abordagem por módulos**




## **(Building block)**

 **GHS constituído por módulos (risco físicos, riscos à saúde humana e riscos ao meio ambiente);**

 **Permite aos governos desenvolver ou modificar programas nacionais voltados à segurança química.**


# **Histórico**

## **Criação do GHS**

-  **1989 – Convenção 170 da OIT – harmonização da rotulagem e da classificação de produtos químicos;**
-  **1992- Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Rio de Janeiro (Rio 92);**
-  **Comitê de especialistas (ONU), criação do GHS;**

# **Histórico**

## **Criação do GHS**


 **2000 - 3ª Sessão do Fórum Internacional de Segurança Química. Decisão para GHS estar plenamente operacional até 2008**

 **2001 - GHS Aprovado pelo Comitê Econômico e Social**


 **2003 – Publicada a 1ª versão do Livro Púrpura**

 **2007- Disponibilizada a 2ª Revisão do Livro Púrpura**







# **Criação do GT-GHS**

 **Iniciativa do Ministério do Meio Ambiente que, como coordenador da Comissão Nacional de Segurança Química –CONASQ-, criou o GT-GHS, informalmente, em 2001;**







 **Coordenação MDIC e Vice-Coordenação Ministério do Trabalho e Emprego;**

 **Composto Inicialmente por 12 instituições, entre representantes do governo e da iniciativa privada.**

# **Ações realizadas, ou em andamento, pelo GT-GHS**

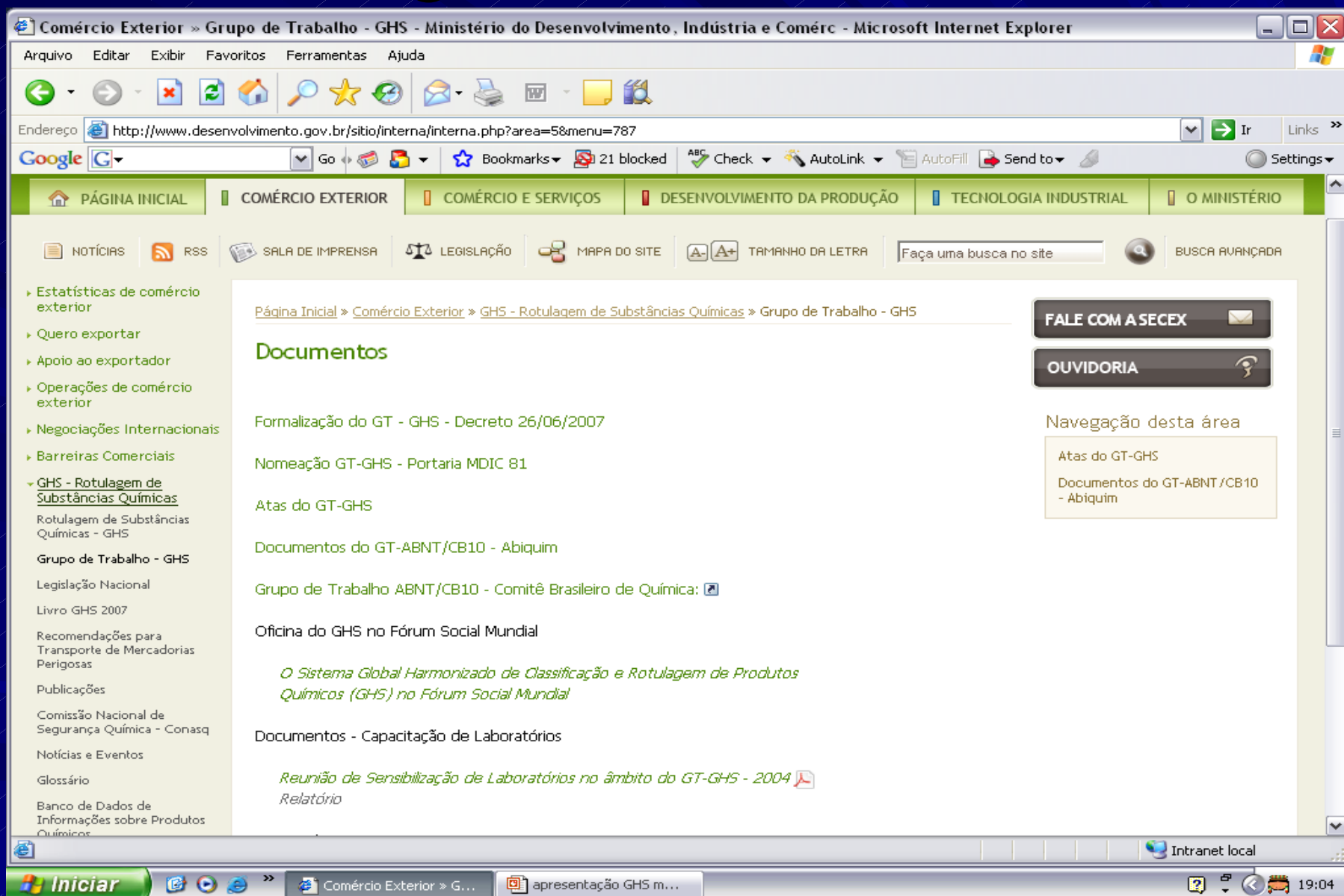
-  **Convocação de reuniões periódicas;**
-  **Desenvolvimento de material para divulgação do GHS;**
-  **Realização de reuniões de sensibilização de laboratórios;**
-  **Realização de seminários e cursos de capacitação nas principais capitais;**
-  **Constituição de 10 Subgrupos de trabalho;**
-  **Levantamento da situação nacional da legislação relacionada ao GHS;**

# **Ações realizadas, ou em andamento, pelo GT-GHS**

-  Realização de diagnósticos setoriais;
-  Participação no Subcomitê de Especialistas sobre GHS na ONU;
-  Realização de Seminário Mercosul - Comunidade Andina - Chile;
-  Participação no Fórum Social Mundial;
-  Tradução do Livro Púrpura para o português;
-  Criação da página do GT-GHS no sítio do MDIC.



# Página do GT-GHS



# **Composição do GT-GHS em 2005 (1)**

**Min. Indústria e Comércio**

**INMETRO**

**Min. Trabalho e Emprego**

**ANTT**

**Min. Saúde**

**IBAMA**

**Min. Meio Ambiente**

**ABIN**

**Min. Transportes**

**FUNDACENTRO**

**Min. Defesa**

**ANVISA**

# **Composição do GT-GHS em 2005**

## **(2)**

**ABEMA**

**ABICLOR/CLOSUR**

**ABIFINA**

**ABIHPEC**

**ABIQUIM**

**ABNT**

**ABIPLA**

**AENDA**

**ANDEF**

**ASSOCIQUIM**




**CRQ-IV**

**PETROBRÁS**

**SITIVESP**


**Universidades de Brasília**

# Formalização do GT-GHS

-  **Decisão dos Ministros da CAMEX;**
-  **Decreto, 26 de junho de 2007- Criação oficial do GT-GHS-Brasil;**
-  **Portaria MDIC 81, de 01 de abril de 2008 – nomeação dos membros do GT.**

# **Características GT-GHS-Brasil (1)**

 **Grupo interministerial**




 **Atribuição de elaborar e propor estratégias, diretrizes, programas, planos e ações para a implementação do GHS no País**

 **Missão de identificar e envolver atores, públicos ou privados, que, direta ou indiretamente venham a sofrer impactos pela implantação do GHS no Brasil**

 **Possibilidade de constituir Subgrupos de trabalho**







# **Características**

## **GT- GHS – Brasil (2)**

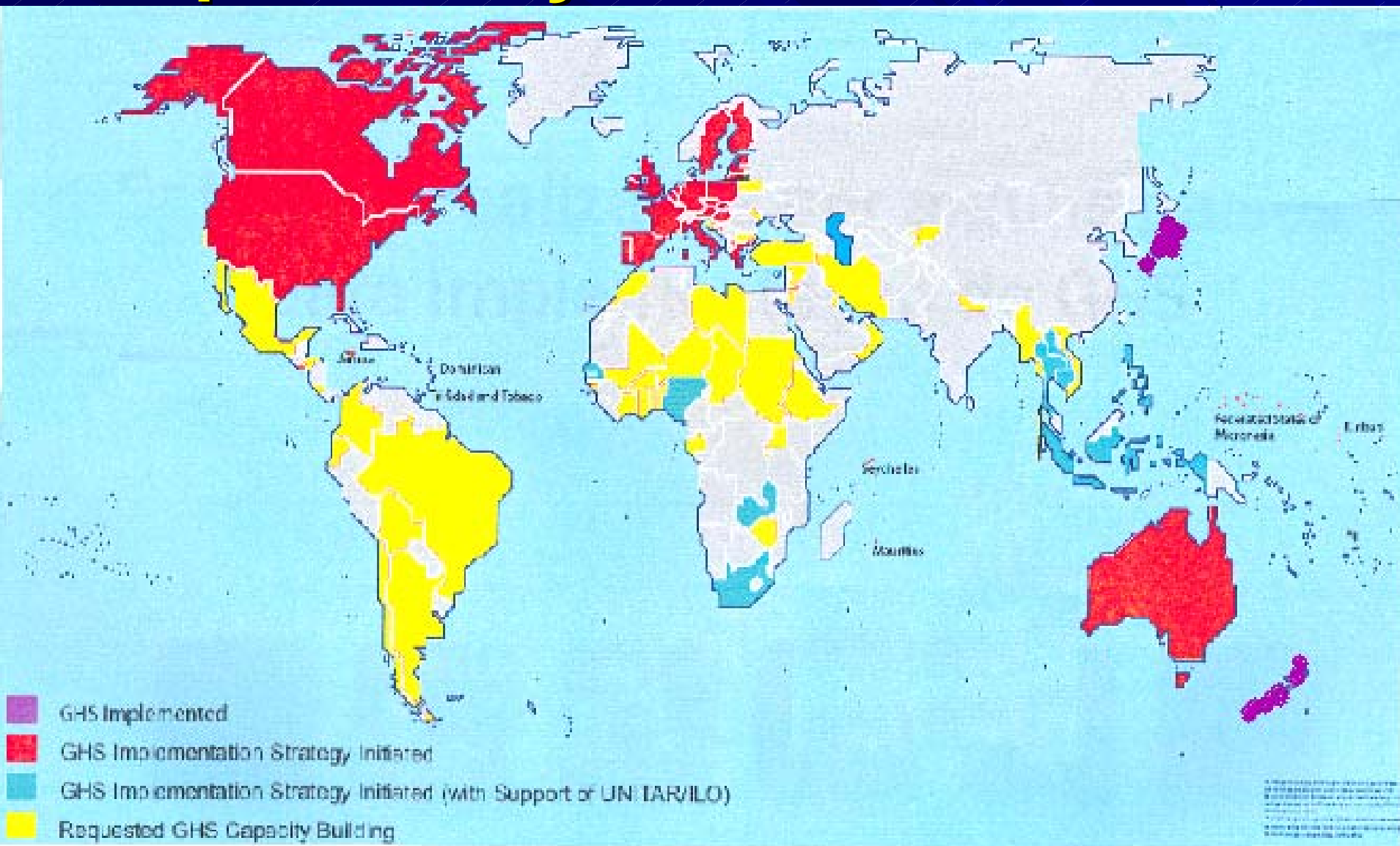
-  **Convidar representações da sociedade civil, inclusive de trabalhadores e de empregadores, para participarem das reuniões do GT-GHS-Brasil e de subgrupos**
-  **Convidar profissionais de notório saber na matéria ou especialistas de outros órgãos para prestarem assessoria às suas atividades e participarem dos subgrupos**
-  **Prazo de 3 anos, prorrogável por mais 3, para concluir seus trabalhos**



# Próximos passos do GT-GHS

-  Aprovar Termos de Referência para o GT e o Regimento Interno;
-  Retomar reuniões periódicas do GT-GHS;
-  Dar continuidade aos cursos de divulgação e de capacitação sobre GHS;
-  Finalizar a tradução do Livro Púrpura;
-  Prosseguir com a realização de estudos setoriais sobre os impactos da implementação do GHS;
-  Identificar eventuais necessidades de alteração da legislação vigente.

# Implementação mundial do GHS



# **A Nova Política de Produtos Químicos da União Europeia (REACH)**

# HISTÓRICO

- ✓ 1999 – Proposta para a Nova Política em reunião do Conselho da União Europeia
- ✓ Fevereiro/2001 – Documento publicado pela Comunidade Europeia (“White Paper”)
- ✓ Maio/2003 – Consulta pública via Internet
- ✓ Outubro/2003 – Adoção do REACH pela Comissão Europeia
- ✓ Dezembro/2006 – Conselho da União Europeia e Parlamento Europeu adotam o REACH. Publicação no Jornal Oficial da União Europeia
- ✓ Junho/2007 – REACH entrou em vigor

# A necessidade de uma nova política

- ✓ 100.000 substâncias químicas produzidas antes de 1981 sem informações e comercializadas.
- ✓ Para as substâncias introduzidas no mercado após 1981 a avaliação é lenta e onerosa.
- ✓ Custos das avaliações onera os países e deve recair sobre a indústria. Os fabricantes devem ser responsáveis em provar a segurança de seus produtos.
- ✓ O que inclui a realização de testes demonstrando que os produtos são seguros, caso esses testes não tenham sido ainda realizados.



# Princípios que nortearam a elaboração da nova política

- ✓ Precaução/prevenção/Substituição de produtos perigosos por outros mais seguros;
- ✓ Redução de testes em animais;
- ✓ Maior responsabilidade da indústria na geração e disseminação da informação e na avaliação de riscos. A indústria deve demonstrar que os produtos e seus usos são seguros antes de colocá-los no mercado;
- ✓ Transparência da informação – o direito do consumidor de conhecer as características e os efeitos dos produtos que são usados.



# **A nova legislação sobre substâncias químicas da União Europeia - REACH**

**R**egistration

**E**valuation

**A**uthorization of

**C**hemicals

# REACH

Trata-se de um REGULAMENTO aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Européia, relativo ao Registro, à Avaliação, à Autorização e à Restrição de Substâncias químicas.

O regulamento criou a Agência Européia de Substâncias Químicas – ECHA que será responsável pelo novo sistema de registro.

O sistema de registro está dividido em fases, com base em dois amplos critérios: Quantidade produzida ou importada colocada no mercado europeu e o risco à saúde humana e ao meio ambiente. (Cerca de 30.000 substâncias)

# REGISTRO

**Para as substâncias já conhecidas ou as “novas” colocadas no Mercado Europeu, em quantidades:**

- ✓ **Acima de 1.000t/ano - deverão ser registradas em 3 anos e meio, a partir de junho de 2008.**
- ✓ **Entre 100 e 1.000t/ano – em 6 anos, a partir de junho de 2008.**
- ✓ **Entre 1 a 100t/ano – em 11 anos, a partir de junho de 2008.**

**As substâncias causadoras de risco como as carcinogênicas, tóxicas, persistentes, serão avaliadas nos primeiros 3 anos e meio, a partir de junho de 2008.**

# REGISTRO

O registro é obrigatório para o produtor, importador e usuário à jusante.

Compreende um dossiê técnico, com informações diversas dependendo das quantidades colocadas no mercado e, a partir de 10t/ano, de um Relatório de Segurança Química – Chemical Safety Report – CSR, estabelecendo como os usos identificados podem ser controlados adequadamente.

Os registrantes deverão compartilhar dados, de acordo com o processo de “uma substância, um registro”. (Formação de consórcios). (Pré-Registro – até dezembro de 2008).

# REGISTRO

O pedido de registro será apresentado eletronicamente usando-se o software IUCLID – International Uniform Chemical Information Database – que já está disponível para os registrantes.

É totalmente automatizado. Caberá à indústria certificar-se de que as informações necessárias ao registro estejam completas, o que poderá ser feito com o auxílio de ferramenta dentro do Sistema.

Tal ferramenta permitirá verificar se as informações requeridas estão completas, antes de encaminhar o dossiê para a Agência.



# **REGISTRO – ALGUMAS EXCEÇÕES**

## **(Art. 2º do Regulamento)**

**Substâncias Radioativas, Resíduos,  
Produtos Medicinais, Aditivos para alimentos,  
Produtos para nutrição animal,  
Cosméticos,  
Polímeros ,**

**Os polímeros estarão sujeitos à Autorização e à Restrição. Os monômeros contidos em polímeros produzidos ou exportados em quantidades acima de 1t/ano estarão sujeitos ao Registro.**



# **Procedimento do exportador Brasileiro para proceder ao Registro**

**Duas alternativas:**

**A primeira será designar um representante na União Européia que será responsável pelo registro. Neste caso a própria empresa, por meio do representante, será responsável pelo registro e os importadores europeus da substância química serão considerados usuários à jusante – downstream users.**

**A segunda alternativa é designar o importador europeu como seu representante, e neste caso, caberá ao importador registrar a substância e se responsabilizar pelo registro.**

# **AVALIAÇÃO**

**A verificação do dossiê é apenas um checagem eletrônica. Não há julgamento de mérito.**

**Estima-se que 5% das substâncias, cujos registros forem solicitados, estarão submetidas à avaliação pela Agência.**

**A Agência desenvolverá critérios estabelecendo prioridades para a avaliação. A priorização será baseada em risco.**

# AUTORIZAÇÃO

A autorização tem como objetivo assegurar o bom funcionamento do mercado interno europeu e controlar adequadamente as substâncias consideradas de grande preocupação.

Devido aos seus efeitos na saúde humana ou no meio ambiente deverão ter seus usos autorizados para continuarem no mercado. Caso um determinado uso não tenha sido autorizado, a substância não poderá ser utilizada.

A autorização não é uma etapa do registro. É um processo diferente e à parte.

Não se aplica o limite de 1t/ano.

# RESTRIÇÃO

**Certas substâncias, a exemplo do que já ocorre hoje, poderão ter seu uso restrito ou serem banidas na União Européia.**

**As propostas para restringir o uso de uma substância podem vir de um Estado Membro ou da própria Comissão.**

**A restrição será baseada nas avaliações de risco apresentadas. A Agência com base nas avaliações, imporá ou não a restrição à substância.**

## **Exportações brasileiras para a UE**

**Em 2007, as exportações brasileiras de produtos químicos atingiram US\$ 10,7 bilhões e as importações US\$ 23,9 bilhões, com déficit de US\$ 13,2 bilhões.**

**As exportações de produtos químicos atingiram 6,6% do total das exportações brasileiras, enquanto que as importações representaram 19,8%.**

**As exportações brasileiras para a União Europeia de produtos químicos que estariam sujeitos ao REACH, em 2007, atingiram US\$ 1,7 bilhão correspondentes a 456.081 toneladas.**



# Preocupações com o REACH

Aumento substancial dos custos, como resultado do registro e dos testes adicionais para manter substâncias químicas já existentes no mercado.

Os prazos para a entrega dos dossiês são extremamente curtos, em função da complexidade e abrangência das informações exigidas.

O uso do **princípio da precaução** no qual o regulamento está baseado pode resultar em excesso de arbítrio. Banimento e severas restrições de substâncias químicas, são exemplos.

Tentativa de fazer dessa nova política europeia uma política de alcance global.



# **REACH - O Papel do Governo Brasileiro**

**Estabelecimento de grupos de estudo para analisar os impactos do REACH na indústria química brasileira.**

**Atuação ativa nos Fóruns Internacionais onde essa política da União Européia para substâncias químicas possa ser discutida.**

**Diálogo efetivo com a ABIQUIM e empresas do setor químico.**

**Projeto de Cooperação  
SECEX/União  
Europeia/PNUMA  
Rotulagem Ambiental**

# HISTÓRICO

**1994 – Marrakesh. Negociações Multilaterais de Comércio. Ênfase na necessidade de identificar ações para a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Um dos instrumentos propostos foi a Rotulagem Ambiental.**

**2003 - Marrakesh. Processo de Marrakesh sobre Produção e Consumo Sustentável. Processo global com duração de 10 anos que apóia a implementação de políticas e projetos sobre Produção e Consumo Sustentável nos âmbitos regionais e nacionais.**

# **O Projeto de Cooperação**

**Título: Enabling developing countries to seize eco-label opportunities – Capacity building and technical assistance for industries and governments in developing economies.**

**Objetivos: - Aumentar a eficiência ambiental de produtos de exportação e dos processos de produção desses produtos nos países participantes. Assessorar o setor privado e o governo desses países para que contribuam com os objetivos do processo de Marrakesh.**

**Aumentar o número de produtos desses países certificados pelo Programa de Rotulagem Ambiental Europeu.**

# **O Projeto de Cooperação**

**Países:**

**China - produtos eletrônicos**

**Índia - produtos têxteis**

**Brasil (SECEX) - papel e celulose**

**México - Calçados**

**África do Sul – produtos têxteis**

**Kênia - Calçados**

**Prazo : 3 anos a partir de 2007**

## **Papel da SECEX no Projeto (Coordenadora Nacional)**

**O principal papel da SECEX neste Projeto de Cooperação é o de realizar as ações necessárias para viabilizar o envolvimento do setor produtivo nessa iniciativa, promovendo ampla divulgação e conscientização da sua relevância em termos das tendências do comércio internacional.**



# **Brasil - Setor Escolhido**

**O setor escolhido pelo MDIC para participar do Projeto foi o de Papel e Celulose, que será representado pela International Paper do Brasil Ltda. e pela Suzano Papel e Celulose.**

**Condições exigidas para a escolha do setor: É necessário que o produto escolhido pelo país participante seja exportado em quantidades consideráveis para a União Européia.**

**O ciclo de vida do produto final seja constituído por etapas que necessitem de maior atenção para o preenchimento dos requisitos que são exigidos para a obtenção do Selo Ambiental Europeu.**

## **Dados do Setor de Papel e Celulose**

**BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel com 53 empresas associadas.**

**Geração de 110 mil empregos diretos. Investimentos de US\$ 15 bilhões até 2012.**

**Em 2006 a produção de celulose atingiu 10,4 M toneladas e exportações de 4,9 M toneladas. A produção de papel atingiu 8,6 M toneladas e exportações de 2,1 M toneladas. ( 25% para a União Européia)**

**Brasil- Líder mundial na produção de celulose de fibra curta. 7ª posição em celulose de todos os tipos e 10º posição entre os maiores produtores de papel.**

# **Etapas do Projeto**

**Início (2007) Paris – Reunião da Coordenação Internacional – UE/PNUMA com as coordenações nacionais para a apresentação dos setores escolhidos em cada país.**

**2008 - Organização de um Workshop Internacional para apresentação dos parceiros nacionais do projeto e identificação das principais dificuldades que o setor deverá encontrar para atender aos requisitos da certificação.**

**Workshop/Brasil será realizado em São Paulo, na FIESP  
- 17 e 18 de junho de 2008 -100 empresas convidadas**

# **Etapas do Projeto**

**2009 - Bonn – Capacitação de representantes do setor de papel e celulose e do governo brasileiro para coordenar o processo prático de certificação no Brasil.**

**2009 - Bruxelas – Segunda reunião com a coordenação Internacional**

**2010 – Assistência técnica necessária para a implementação de transformações substanciais em processos produtivos dos diferentes produtos escolhidos pelos países.**

**2010 – Paris – Terceira reunião com a coordenação internacional. Fim do Projeto**

# **Objetivos de curto prazo do MDIC**

**Com a experiência adquirida ao longo do desenvolvimento do projeto contribuir de forma mais efetiva para dar prosseguimento ao Programa de Rotulagem Brasileiro - criação de um selo genuinamente nacional.**

**Introduzir as discussões sobre a rotulagem ambiental no MERCOSUL.**